

O DIÁRIO DE CAMPO NA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO ENSINO PRÁTICO E FOMENTO À PESQUISA: VIVÊNCIA EM COMUNIDADES CARIOCAS

FIELD LOG TO ESTIMULATE PRATICAL TEACHING AND RESEARCH: COEXISTING WITHIN CARIOCAS SLUMS

Wilza Cristiane de Souza

Graduando em Serviço Social UNINTER no polo do Rio de Janeiro.
wilrodmalta@gmail.com

RESUMO

Entender a relevância do diário de campo para o registro e instrumentalização da prática profissional, constitui uma maneira de se pensar a realidade com suas múltiplas determinações. O diário de campo "cataloga e/ou registra" objetiva ou subjetivamente dados colhidos através dos trabalhos desenvolvidos com a população em sua completude. Ele aborda demandas, reconhecendo demandantes, reverberando com a teoria e demais discussões em relação ao trabalho realizado e pondera as questões sociais relevantes e desveladas no convívio com a população. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é apresentar o diário de campo, assim como discussões e demais registros como elementos que captam em documentação as ações de um trabalho consciente. Ele fornece aos movimentos efetuados um valor de realidade histórica vivenciadas pelas "classes subalternas" e pelo pesquisador. Ações significativas, educativas e políticas, portanto, merecem registros, pois a história é construída por um conjunto de atores, que como sujeitos interagem na dinâmica social. A metodologia utilizada foi à análise bibliográfica e a observação em campo, evidenciando assim, o movimento de exclusão na realidade presente nas comunidades do município do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Análise da realidade, comunidade, exclusão, geografiação, gentrificação.

ABSTRACT

Understanding the relevance of the field log for registration and use of professional practice is a way to think about reality with its multiple determinations. It "catalogues and/or registers" objectively or subjectively the data collected through the work developed with the whole population. It addresses demands by recognizing plaintiffs, reverberating with the theory and other discussions regarding the work done and ponders the relevant social issues unveiled when talking to people. Thus, the objective of the following paper is to present the field log, as well as discussions and other records as elements that document the actions of a conscious work. It provides the motions made a value of historical reality, experienced by the "subaltern classes" and by the researcher. Significant, educational and political actions, therefore, deserve records, because the story is constructed by a set of elements, which as subjects, interact on a social dynamics. The methodology used was a bibliographical analysis and a field observation, which showed there is a strong element of exclusion in the slums of Rio de Janeiro.

Keywords: Reality analysis, slum, exclusion, mapping, gentrification.

INTRODUÇÃO

Este trabalho compreende uma análise da realidade de alguns dramas presentes na comunidade onde estagiei. O estágio foi realizado através de uma Organização Não-Governamental (ONG), que atuou num dos complexos de favelas, na região norte do município do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

A prática reflexiva e a explicação de determinados contextos, possibilita que se enxergue a realidade de maneira pensada, o que viabiliza ao sujeito transcender o conhecimento superficial, ou o senso comum, em busca de um saber lógico e fundamentado teoricamente, pelos que se dispõe a compreensão da realidade vivenciada.

Ao dialogarmos sucintamente com SANTOS e DAVE, confrontamos o conteúdo verídico dos textos, desses autores com a realidade, presente nas comunidades em que houve a elaboração dos diários de campo, para avaliação de estágio, nos deparamos com fenômenos que se repetem na dinâmica capitalista, e tornam as comunidades suscetíveis as ações promovidas pelos grupos que se instalam no Estado e deflagram medidas de cunho, mercadológicas, atingindo o pobre e, suas complexificações, estes, parcela mais vulnerável dentro da relação da estrutura globalitarista.

Averiguamos certas condições sociais, que são concretizadas por mecanismos de classificação, de exclusão e de intolerância; que, se evidencia de maneira mais aviltante em situações de calamidades que recaem sobre determinados grupos na sociedade, em busca da consolidação dos interesses da classe hegemônica que se destaca nas formas de liderança política e social.

Nessa classificação, com a distinção dos contrários, fixam-se a diferenciação e o tratamento desigual que se é devido às comunidades. O espaço construído na comunidade culmina numa perversidade e na deslegitimação do outro, podendo até mesmo a liberdade pessoal ser cerceada pela prática autoritária.

Realidades apreendidas nos registros do diário de campo uma possível relação dialógica entre SANTOS E DAVE

A constante ruptura do processo de socialização, a construção de uma realidade repressiva, a deslegitimação do outro e a estigmatização, são utilizados como instrumentos de opressão, privando seus moradores de condições dignas de existência. E aí se encontra também as condições territoriais.

Os moradores são subordinados à desqualificação para conformação da desigualdade existente na comunidade. O reconhecimento cultural e a igualdade social se repelem ou são repelidas devido à privação econômica, que imbui práticas iníquas de formas de injustiça, esteio para o controle das massas mais pobres.

Pudemos retirar recortes dos fenômenos vistos no contato com a população de comunidade, e exemplificamos com os textos citados na bibliografia deste trabalho. Identificamos as dificuldades de se implementar as políticas territoriais, em prol da cidadania, “ sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe”. (SANTOS. 1987. p116).

Experenciamos circunstâncias ligadas aos desastres por chuvas torrenciais, um drama socioambiental; situações drásticas na área da habitação no morro e de seus moradores pobres. Deparamo-nos com pessoas com pessoas assustadas e desoladas, em sofrimento social e psicológico. Moradores que viram a materialização do seu trabalho subalterno imergido em lama, com barrancos desmoronando, casas desabando, com feridos e mortos. Uma questão social ligada ao meio ambiente em suas múltiplas expressões.

Marx faz menção à relação homem natureza; nessa influencia mútua, as ações dos homens podem regular as transformações entre os mesmos. E suas falhas nesse processo, estão arroladas ao capitalismo. Nas comunidades, observamos essa relação danificada pela ausência de consciência dessa relação meio ambiente e homem; a educação sanitária é inoperante, as estratégias de limpeza no espaço público não funcionam devidamente, o que assinala que, a relação de solidariedade não existe, porém, o que encontramos é a unidade pela pobreza evidenciada e agravada pelos dramas sociais.

Uma problemática que Karl Marx, já discutia em seus escritos, a ingerência poderia trazer sérias consequências ao coletivo que dele precisa, não permitindo a promoção dos interesses das classes dos trabalhadores e seu bem-estar. Sendo que o homem de maneira geral ainda é o guardião do seu espaço natural, deste modo, deve utilizar saberes para dela se apropriar. Entretanto, no sistema capitalista a alienação material não se restringe apenas aos meios de produção, mas também, em relação à natureza. Em seu Manuscrito econômico-filosófico, de 1844, Marx, explica que,

“O homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem é parte dela.” (Karl Marx, apud Sucena Shkrada Resk, 2010).

No Capital, ele aponta que o capitalismo tem por consequência, o esgotamento das forças de trabalho e da terra, e, destarte, não se poderia considerar a natureza intocada e inesgotável.

No cotidiano a população não dar conta de refletir e dialogar sobre seu espaço e suas experiências, deixando para situações acidentais, apesar de sabermos, que, a interação com o meio ambiente constitui-se num processo anterior ao fortuito, um processo permanente, em que o sujeito objetivando o domínio de seu contexto histórico busca a compreensão de tudo aquilo que o atinja diretamente.

É importante entender essas relações, os efeitos da desigualdade, sabemos que os membros da sociedade não podem passar necessidade; reconhecemos que a necessidade existe, e esse reconhecimento vem a partir dessa mesma desigualdade, produzida pelo sistema em sua própria dinâmica. O pobre deve ser priorizado, deve ser-lhe permitida à igualdade de oportunidade, a garantia da acessibilidade, de resultados que promovam a diminuição da pobreza e da exclusão.

Na cidadania o direito é criado para fundamentar a proteção social a todos os nascidos no território, e que fazem parte da sociedade. Nas favelas durante muitos anos o Estado brasileiro não possuía o monopólio do uso legítimo da força devido a presença ostensiva do tráfico, e até o momento atua com o mínimo sobre essa população, o mínimo de renda, de habitação, de saúde e etc. Os mecanismos utilizado eram o período

eleitoral, e idas policiais em dado momento para a repreensão da venda de drogas. É necessário se trabalhar em prol da garantia das necessidades básicas, a fim de irromper as desigualdades e a extrema pobreza.

Cabe salientarmos, que os riscos existentes numa sociedade de mercado são os riscos que ameaçam a todos. Não são mais riscos individuais, porém, sociais, ou seja, a responsabilidade deixa de ser individual, e passa a ser social; visto que a sociedade tem que ser pensada no ponto de vista da totalidade, pois, a grande massa excluída do processo de implantação do capitalismo, está incluída na dinâmica da produção, e não dos resultados, e só ganha importância quando vira drama, e, por conseguinte, um fenômeno social.

Esses sujeitos vivem em constantes riscos sociais, pois, não inseridos com igualdade, carecendo de políticas sociais em prol da cidadania dessa população em desvantagem. Conforme BASÍLIO e KRAMER (2003), é preciso trabalharmos numa perspectiva de humanização, de resgate da experiência, de leva-los a conquistar a capacidade de ler o mundo, de escrever a história coletiva, apropriando das diversas formas de produção da cultura, com ações coletivas.

Nas comunidades, existe uma constante ruptura do processo de socialização, e uma construção de uma realidade repressiva, junto a isso, a promoção da deslegitimação do outro e a estigmatização, são utilizados como mecanismos dessa opressão, privando os moradores de certas condições dignas para a existência. E aí, encontramos também, as questões ligadas às condições territoriais.

Observamos à subordinação a conformação da desigualdade existente em comunidades pobres. O reconhecimento cultural e a igualdade social se repelem ou são repelidas devido à privação econômica, que imbui práticas iníquas de formas de injustiça, esteio para o controle das massas mais empobrecidas.

Retiramos recortes dos fenômenos vistos no contato com a população de comunidades, para exemplificar os conceitos denominados pelos autores estudados nessa bibliografia. Identificado os entraves de se implementar as políticas territoriais, em prol da cidadania, “sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe.” (SANTOS.1987. p.116).

Destacamos três que ressaltaram diante das exposições dentro da estruturação globalitarista, compartilhada durante anos por grandes conglomerados mercadológicos, no âmbito mundial, que atinge cada esfera social, principalmente aquelas que pertencem aos países em desenvolvimento, países periféricos e espoliados pelo sistema capitalista. Os instrumentos de opressão estão baseados na ratificação constantes nos meios de comunicação e afins, que denomina o pobre como classe perigosa, criminalizando as relações, a gentrificação e a revitalização, que intentam privilegiar parte da população nos grandes centros urbanos, na questão territorial, e localização dessas populações vulneráveis.

Mecanismos de dominação evidenciados, que incidiram especificamente na favela onde estagiamos, no período da catástrofe dos primeiros meses do ano na cidade do Rio de Janeiro no período de fevereiro, março e abril de 2010, num complexo de favela da zona norte do Rio.

Compreende como cidadania, as condições pertinentes à qualidade de vida garantida pela constituição, via direitos, independente da localização ou poder econômico. No entanto, contraditoriamente o que presenciamos nas comunidades, são ações que elevam o conceito de classes subalternas, criminalizando-as, ao focalizar na periculosidade dessas camadas mesmo em situações de vulnerabilidade socioeconômica. A utilização do autoritarismo, com o ingresso de policiamento contemplando nas recorrentes mediações de contenção regional, é via de regra um mecanismo utilizado ao se trabalhar com a população de comunidade, utilizados nas implementações das políticas públicas que visam à melhoria social da comunidade que abrigam parte da frente do narcotráfico, durante anos, o que permite ressaltar e, o que pode justificar o teor no trato com essa população, criminalizador dado a esta mesma, e, compactuado pelo poder público até certo ponto. Por exemplo, ao aproveitar as investidas nas comunidades com policiamento ostensivo, perpetuando o termo de classe perigosa. Cabe lembra que numa comunidade, não habita apenas estes criminosos, mas diversas pessoas que ali vivem empobrecidas,

“Nesse ambiente, criminalizam-se grupos específicos da sociedade, e o medo do crime, da “desordem”, do “distúrbio” e da violência é utilizado como pretexto para um eficaz controle social, além de alimentar poderosas

engrenagens do capitalismo contemporâneo: o ‘mercado da segurança’ e o ‘mercado da informação’.” (SOUZA, M.L.2001.p.152).

Os constrangimentos oriundos das investidas policiais para garantia das incursões dos principais gerenciadores das mudanças urbanísticas ou das medidas pós-desastres trazem aos moradores de comunidades a certeza de que mais uma parte da sua cidadania desmorona diante da opulência das ações bélicas dos representantes governamentais. Uma política que valida a criminalização das camadas mais pobres da sociedade. Esta abordagem dada a comunidade principiou-se mais contundentemente nas décadas de 1960 e 1970 – através da ditadura militar – o recurso e criminalização, constitui num instrumento de repressão sobre a população de favela, produtora de mão- de- obra barata, objetos do estigma e da exclusão, tendo em vista a concretização do controle das classes pauperizadas. Como comenta DAVIS, é ‘uma estratégia como parte do combate a subversão’ (2006, p.115).

Relatamos a seguir trecho de um diário de campo, evidenciando ações grotescas perpetradas pela instituição policial no devir do âmbito da favela,

“Depois do contato com as crianças permanecemos para uma atividade com os presentes ao ar livre (...) e tempo depois aconteceu um tiroteio, todos os presentes deitaram no chão, (...) dois carros da polícia subiram varados a estradinha em alta velocidade. Enquanto deitados no chão gritávamos e esperávamos a melhor situação (...)”. (Diário de Campo, maio de 2010, p.6).

Um episódio que pode caracterizar o fenômeno da classe ausente, pois as autoridades se valem do narcotráfico local, para validar suas práticas, que incluem remoções como maneira de combater o crime. A segurança vem como base para qualquer tipo de intervenção estatal nas comunidades com favelados marginalizados, sucumbindo sob a égide do crime organizado e repressão desmedida dos representantes bélicos do Estado. Luta constante no espaço urbano, em que os expropriados vivenciam circunstâncias relativas aos ‘cidadãos diminuídos e incompletos’. (SANTOS; 1987.p.112).

Imiscuído a isso, a geografização, que é realizada através da supervalorização das áreas de interesse imobiliário e da despolitização do território empobrecido, o aumento da desigualdade vem subsidiados por políticas públicas de afastamento e segregação de fins territoriais deflagrando a assertiva de que nem todos diante desse ordenamento são

considerados igualmente cidadão por não possuírem participação nas mudanças relacionadas ao território por eles habitado (SANTOS, 1987.p.119).

Podemos observar isso no trecho exposto no diário de campo de abril de 2010,

“Comentaram a respeito do programa Favela-Bairro, que deveria ter começado de cima para baixo, e quem não quer cheque tem que permanecer no abrigo, e alguns desses valores não conseguem pagar o valor do aluguel da casa de mercado próximo à região.” (SOUZA, Diário de Campo, abril de 2010.p.12).

“Conversamos com a avó da C., ela disse que não havia informação, a única coisa que foi dita, é que a diretora da escola informou que as aulas iriam começar, e quando isso acontecesse, seria necessário que os moradores não saíssem das aulas.” (SOUZA, Diário de Campo, abril de 2010).

“Os profissionais da prefeitura, não sabiam informar sobre as questões que eram colocadas. (...) e a subprefeitura da Tijuca, tinha a intenção de jogá-los em abrigos, (...), disse que eles seriam obrigados a irem para os abrigos, e dividirem espaços com os usuários desses abrigos, e que segundo a moradora, tinha ‘gente de tudo quanto é tipo’, com pouco espaço para os moradores” (Ibidem).”

Cabe assinalarmos a precarização no trato com a população, como uma marca do globalitarismo, proporcionando às pessoas poucos recursos para assim se conformarem frente às dificuldades impostas, pela burocracia, pouca informação e manipulação da esfera política e seus representantes.

Entendemos que será necessário, diante desta realidade que as comunidades vivenciam que, a população saiba que essas práticas perpassam a conjuntura, e de alguma maneira interferem no devir social das mesmas. Portanto, permitir uma intervenção que os instrumentalize tem teor emergencial para atuarem no espaço social, fortalecendo o caráter emancipatório e transformador, cômicos de suas responsabilidades num âmbito político e social, e conseqüentemente possam mudar atos que se repetem nas gerações, alienados que estão de um saber próprio sobre o espaço e o meio ambiente como questão de direito e de qualidade de vida.

Nessa situação, as populações locais devem ter direito á palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente,

“Nessa situação, as populações locais devem ter direito á palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente respeito, e sobre a qual não dispõem

de um recurso institucional para que a sua voz seja ouvida. (...)" (SANTOS. 1987. P.119).

O termo gentrificação se constitui numa maneira de promover a segregação urbana em busca da consolidação do status quo, fomentada pela perspectiva do progresso e do embelezamento (DAVIS, 2006.p.105), ações patrocinadas pelos governos, com demolições, remoções e intervenções arquitetônicas que satisfazem parcela da sociedade.

É possível vermos isso, no relato de uma moradora, que comentava que não gostaria que derrubasse sua casa, no entanto, a mesma sofria pressão devido a situação de risco iminente, sendo necessário que se retirasse – seria assim, conduzida aos espaços de acomodação designados pelos funcionários da prefeitura, o que inclui além de cheques sociais, uma transferência para conjuntos habitacionais, numa região oposta, a região em que a mesma havia construído sua familiaridade. A mesma saudosista tratou de comentar a homenagem feita pela comunidade a um morador que teve seu nome posto numa das vielas da favela, enfocando a questão da identificação do lugar com os moradores, que constroem histórias e são espoliados ao passarem por situação de calamidade pública e sucumbem ao oportunismo das entidades públicas, que organizam a gentrificação. Como explicita DAVIS,

“Como resultado, invasores e locatários, por vezes até mesmo pequenos proprietários, são rotineiramente despejados sem cerimônia, indenização nem direito a recursos. Nas grandes cidades de terceiro Mundo, o papel panótico coercitivo de “Haussmann” costuma ser desempenhado por órgãos especializados de desenvolvimento; (...) a sua tarefa é limpar, construir e defender ilhas de cibermodernidade em meio a necessidades urbanas não atendidas e ao subdesenvolvimento, em geral” (2006, p.107).

Segue assim, nesse processo macropolítico, a revitalização das regiões de interesse social, que vai de encontro ao direito a habitação garantida pela constituinte, e prejudica as políticas de redistribuição fundiária. Permitindo, enquanto facilitam as construções de shoppings, condomínios luxuosos, sítios de lazeres e várias construções, que tornar os espaços elitizados, e restritivos a uma parca parcela da sociedade. Segundo SANTOS,

“No entanto, o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações. Ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, se junta o empobrecimento pela má organização do território pelo poder político.” (1987, p.115).

Entendemos que o sistema capitalista se utiliza de medidas que possam perpetuar seus interesses, promovendo o isolamento sobre as comunidades, buscando garantias para o segregacionismo político e socioeconômico, verberando sobre as camadas subalternizadas, principalmente em condições de calamidades, momento em que se tornam multiplicadores de risco. Por não se enquadrarem na apropriação do espaço que se destinam a valorização das regiões e da população abastada. Na construção da ordem, em busca da incorporação dos limites, com negação dos direitos e deslegitimação da população favelada.

Diante do exposto, cabe aqui ressaltamos a necessidade de agirmos juntos as comunidades com ações que possibilitem que os mesmos interfiram como sujeitos, com participação na construção social emancipadora, visto que a arrumação capitalista dentro da sua lógica tende a promover à subserviência as hierarquias necessárias e impositivas. Tendo em vista, as diferenças classificatórias que são usadas como mecanismos de sujeição e depreciação, elencando termos distintos ao processo de empoderamento do Capital, diminuindo a equidade que se espera de uma sociedade democrática apesar das diferenças existentes.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, C. Operação Rio: o mito das classes perigosas em estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, Niterói; Intertexto, 2001.

DAVIS, Mike. Planeta Favela – São Paulo, Ed. Boitempo, 2006.

RESK, Sucena Shkrada, 2010.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo; Ed. Nobel, 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes. Fobópole, O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Ed. Bertrand Brasil.2001.

SOUZA, Wilza C. Diário de Campo de Estágio no GEFEP, 2010.